

SESSÃO ESPECIAL

**ETENE/SBE – O IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE O
CRESCIMENTO ECONÔMICO**

COORDENAÇÃO DA MESA

Presidente:

Pedro Cavalcanti Ferreira – Escola de Pós-Graduação em Economia,
Fundação Getulio Vargas.

Expositores:

Samuel Pessoa – Professor da Universidade de São Paulo

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – CAEN - Universidade Federal do
Ceará

Guerino Edécio da Silva Filho – ETENE - Banco do Nordeste

Pedro Cavalcanti Ferreira

As estratégias de desenvolvimento brasileiro e regional nas últimas décadas privilegiaram políticas de inspiração estruturalista que, em linhas gerais, centravam seus esforços na industrialização. Em nível nacional, estas políticas propunham substituição de importações com barreiras ao comércio exterior, financiamento de setores estratégicos via mecanismos de poupança forçada e ação direta do estado em infra-estrutura e setores “estratégicos.” Em nível regional, propunha incentivos fiscais, subsídios e outros incentivos para a atração de indústrias.

Embora bem sucedido em várias dimensões – veja-se o acelerado crescimento da economia brasileira nas décadas de 50 a 70 – este conjunto de políticas não foi suficiente para reduzir significativamente os níveis de pobreza ou de desigualdade do país. Ao contrário, por darem importância secundária a investimentos em educação e devido a regressividade dos mecanismos de poupança compulsória, estas políticas exacerbaram estes problemas.

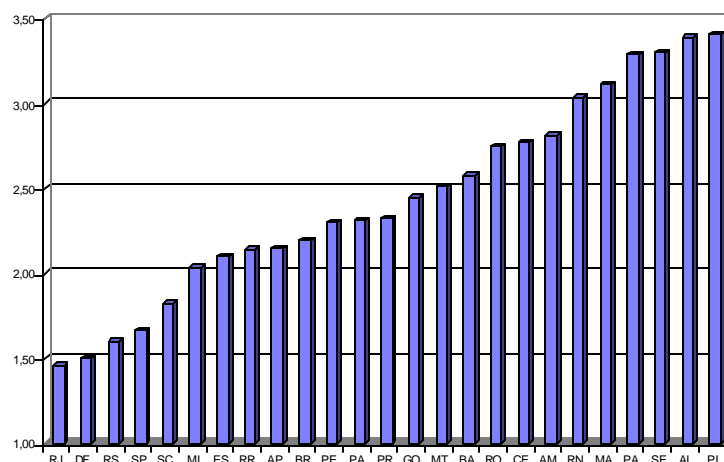
A experiência recente do Nordeste em certa medida segue esta trajetória, com alguns atenuantes: seu ritmo de crescimento tem sido mais forte que a média nacional e tem-se verificado alguns avanços na área social. O Ceará, por exemplo, cresceu a uma média de 5,8% (4% em termos *per capita*) desde 1970. Nos últimos três anos, o crescimento foi de cerca de 4,9%, muito acima da média nacional. Esta performance se deu, em grande medida, pelo crescimento dos investimentos privados em capital físico no estado, que nos últimos quatro anos aumentaram cerca de 9% ao ano. Da mesma forma, no estado de Sergipe, nos últimos 25 anos, a renda *per capita* cresceu em média, segundo dados do IPEA, 4,16% ao ano, um ponto e meio acima da média nacional, indo de 46% da renda *per capita* brasileira em 1970, para 79% 1995. Ainda segundo dados do IPEA, o Rio Grande do Norte foi o estado que mais cresceu neste período.

Por outro lado, o grau de escolaridade da população também aumentou muito no período, e em todos os estados nordestinos o avanço foi superior ao avanço médio nacional. Enquanto a escolaridade média da PEA brasileira cresceu a uma taxa de 3,15% ao ano, o estado nordestino onde esta menos cresceu foi Pernambuco, e ainda assim a taxa foi de 3,22% ao ano. Entre os seis estados com melhor desempenho, cinco são da Região. Em alguns casos, como Alagoas, Piauí,

Rio Grande do Norte, Maranhão e Sergipe (figura 1), a escolaridade da força de trabalho mais que triplicou entre 1970 e 1995, uma performance notável sob qualquer padrão. Houve significativos avanços também em relação a analfabetismo, qualidade da educação, com queda nas taxas de repetência e retenção, e indicadores sociais como taxa de mortalidade, pobreza, acesso a serviços de água e esgoto etc.

FIGURA 1

crescimento da escolaridade 1970-1995



Se a direção está correta, o ritmo ainda é lento e a situação permanece problemática em muito áreas. É importante ver que crescimento acelerado por si só, devido principalmente a distribuição desigual da renda, não será suficiente para resolver os problemas sociais da Região. Por exemplo, simulações para o estado do Ceará mostram que se o estado crescer por sete anos à taxa de 4% *per capita* (mantendo fixa a distribuição de renda), o nível de pobreza se reduzirá somente em cerca de 10%, já que a renda dos mais pobres está hoje em um patamar muito baixo. Assim, sem uma mudança na ênfase de política, muitos anos serão necessários para que o desenvolvimento humano no estado alcance níveis mais aceitáveis e próximos dos líderes nacionais.

Nosso diagnóstico é que o problema da pobreza na Região está ligado a uma concentração de tipos de indivíduos com características – principalmente pouca escolaridade e baixa qualificação – que fazem com que sua renda seja pequena. Em outras palavras, a renda de um trabalhador cearense, por exemplo, e a de um brasileiro médio com características semelhantes estão próximas (a renda de um trabalhador analfabeto do estado é somente 9% menor que a média nacional), mas por haver relativamente muitos trabalhadores pouco qualificados no estado, a renda média do trabalhador cearense é marcadamente menor que a média brasileira (R\$ 218 contra R\$ 409). Isto se deve, em larga medida, ao fato de que o padrão de educação da população em idade ativa e dos ocupados cearenses é muito baixo para os padrões brasileiros. Cerca de 26% dos cearenses em idade ativa são analfabetos e apenas 3,7% possuem 12 anos ou mais de estudo. Estas estatísticas situam-se em 13,5% e 8% quando consideramos o país como um todo.

De outra forma, e fazendo um jogo de palavras: o Ceará e o Nordeste são mais pobres porque possuem muitos pobres. E pobres são aqueles que possuem relativamente menos ativos, principalmente capital humano e capital físico. Para combater a pobreza, portanto, necessita-se, no primeiro caso (baixo capital humano), de uma política de educação para a população como um todo e de qualificação da mão-de-obra; no segundo caso (pouco capital físico), há necessidade de programas de acesso ao crédito – programas de microcrédito, por exemplo –, bem como treinamento. Adicionalmente, programas de investimentos setoriais permitirão o desenvolvimento de atividades onde a região possui vantagens comparativas ou onde o impacto sobre a pobreza e o crescimento será magnificado. Por fim, programas diretos de combate à pobreza, programas de saúde e infra-estrutura social – saneamento, por exemplo - afetarão diretamente a qualidade de vida da população do estado.

Já existe bastante evidência, tanto a nível microeconômico (Barros e Mendonça [1995], Barros, Mendonça e Camargo [1995]) quanto macroeconômico (Viegas de Andrade [1997]) de que distribuição de renda, pobreza e crescimento da renda são causados, principalmente, por fatores educacionais. Na tabela a seguir, retirada de Berhman (1995), estima-se que um ano a mais de escolaridade, no longo prazo, implicará um aumento de 0,35 na taxa de crescimento e de 0,85 nos salários industriais. Terá também importantes efeitos indiretos benéficos sobre a taxa de mortalidade infantil, expectativa de vida, atendimento escolar e taxa de crescimento populacional.

Impacto de aumentos na escolaridade esperada da população em idade escolar sobre o desenvolvimento socio-econômico

Variável	Investimento de 1 ano a mais de educação
<i>Crescimento Econômico</i>	
Taxa média anual de crescimento da renda <i>per capita</i> (2000/25)	0,35
Taxa média anual de crescimento do salário industrial (2005/15)	0,85
Taxa média anual de crescimento das exportações (2000/15)	0,70
<i>Crescimento Populacional</i>	
Taxa média anual de crescimento da população (2000/15)	-0,26
Taxa média anual de crescimento da fecundidade total (2025)	-0,40
Taxa média anual bruta de crescimento da natalidade por 1.000 (2025)	-2,40
<i>Mortalidade e Longevidade</i>	
Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)-mulher (2025)	-8,90
Taxa de mortalidade infantil até cinco anos (por 1.000 nascidos vivos)(2025)	-12,60
Expectativa de vida ao nascer - mulher (2025)	2,00
Expectativa de vida ao nascer - homem (2025)	2,00
<i>Escolaridade</i>	
Taxa de atendimento bruta nível secundário (2025)	5,20
Taxa de analfabetismo – mulher (2020)	6,80
Taxa de analfabetismo – homem (2020)	5,40

FONTE: Berhman, J., Human Resources in Latin America and the Caribbean. Washington, Inter-American Development Bank, 1996.

Desta forma, se buscamos reduzir pobreza, obter uma distribuição de renda mais justa e ao mesmo tempo garantir crescimento a taxas razoáveis, a prioridade máxima deve ser dada à educação. Isto não significa abandonar investimentos em infra-estrutura ou em capital físico, que serão sempre componentes importantes de qualquer política de crescimento para a região. Entretanto, um programa de redução de desigualdade regional e de combate à

pobreza (que essencialmente são a mesma coisa) baseado somente em atração de capitais e em investimentos físicos – instalações de fábricas na Região, por exemplo – mesmo que em setores tecnologicamente avançados, embora vá ter um impacto sobre crescimento e pobreza, este será muito localizado e de benefício concentrado. O que se precisa é reconhecer que, se educação não estiver no centro das decisões de política econômica, a situação social da Região melhorará a um ritmo muito lento e poderá mesmo se deteriorar durante períodos recessivos.

Feita essa introdução ao tema de nossa mesa, tenho a satisfação de passar a palavra ao nosso primeiro expositor, o Dr. Flávio Ataliba, do Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará.

Flávio Ataliba

Obrigado Pedro. Um dos elementos-chaves no crescimento econômico é a disponibilidade de poupança que uma economia venha a ter. A reforma da previdência pode ser um importante instrumento para gerar poupança adicional de longo prazo e garantir parte desse crescimento. A necessidade de reformas de sistemas previdenciários do tipo de repartição já é bem conhecida na literatura. Um dos principais motivos está baseado no envelhecimento da população, alterando sua estrutura etária. Como o sistema de repartição é financiado através de contribuições dos novos para os velhos, exigem-se aumentos frequentes nas alíquotas de contribuições.

Outro elemento que fez com que o sistema entrasse em colapso – e não só no Brasil mas em diversos países da América Latina e de todo o mundo – é que, como o compromisso entre governo e sociedade é um compromisso entre gerações, é muito fácil para o governo conceder benefícios que vão ser pagos por outro governo, depois de vinte, trinta anos. Então, há um problema de gerenciamento muito grande nesse contexto, que os economistas chamam de perigo moral: o comportamento do governo facilitador de concessões e benefícios generosos.

Todas essas idéias foram sendo debatidas e o sistema de repartição passou a ser reformulado em todo o mundo. Hoje, nós temos uma despesa fiscal muito

grande. A estimativa do governo para 98 é um gasto de US\$ 42 bilhões e essa estimativa é crescente, o que vai comprimir muito as receitas do governo.

O sistema de repartição tem uma característica muito prejudicial para a poupança, porque, no momento em que transferimos renda de jovens para velhos, estamos dando renda de quem poupa para quem não poupa. Logo, a taxa média de poupança na economia tende a diminuir. E, realmente, já existem trabalhos, estimativas, nos quais notamos que a taxa de poupança numa economia poderia ter sido maior, caso não tivesse sido adotado o sistema de repartição. Então, essa é uma importante característica do sistema de repartição.

Outro problema grave é que, normalmente, nós não percebemos as contribuições que fazemos para o sistema como benefícios futuros que iríamos adquirir, que se incorporariam na nossa riqueza; quer dizer, no ciclo da vida, não estamos levando em conta essa riqueza futura proveniente das nossas contribuições atuais. Olhamos a contribuição como um imposto e não como um benefício futuro – o que torna fácil explicar a alta taxa de informalidade da nossa economia, por volta de 40%. Esse método também tem o agravante de provocar distorções no mercado de trabalho, sendo mais um elemento de redução da eficiência econômica.

Então, claramente, poderíamos dizer que esse sistema não é satisfatório e devemos pensar numa alternativa. Normalmente, uma alternativa que surge é pensar num sistema capitalizado de contas individuais. O problema é que a transição, a incorporação desse novo desenho é extremamente complexa. Nós temos, como principal problema, resolver como serão garantidas as contribuições daqueles que já o fizeram mas ainda não chegaram na idade de elegibilidade para um novo sistema.

Temos um grande passivo atuarial, que por minhas estimativas atinge duas vezes o nosso PIB. Isso é o que seria necessário para se garantir todo o passivo no velho sistema de repartição. Então, existe um problema muito grande a resolver, para passarmos para um sistema capitalizado.

Dependendo da magnitude dessa dívida, há soluções diferentes. Se a dívida é pequena, pode-se fazer um excedente fiscal, que garanta o pagamento de benefícios, e dizer: "agora, vamos implantar um sistema capitalizado através de

fundos de pensão". E aí, nós facilmente resolvemos o problema. Alguns países com mais facilidade fizeram isso. Nos países nos quais a dívida é muito grande, é preciso ter engenharia fiscal, financeira, de tentar introduzir um novo sistema.

No sistema de repartição, os retornos são dados pelo retorno da massa salarial. O crescimento da massa salarial é que vai dar o retorno do sistema. Quando a economia vai bem, a massa salarial aumenta e os benefícios são facilmente atendidos. Mas quando a economia vai mal, essa massa salarial se reduz, daí a dificuldade do governo de garantir os benefícios.

Temos um estudo claro mostrando que, para os mesmos níveis de benefícios do sistema de repartição, poderíamos atender esses benefícios com um terço das contribuições que são feitas hoje para o sistema oficial. Isso porque o retorno no sistema capitalizado é o retorno do mercado de capitais, que normalmente é superior ao crescimento da massa salarial. Logo, poderíamos ter o mesmo nível de benefício com menor contribuição, menor distorção no mercado de trabalho e aí teríamos uma maneira de produzir uma alavancagem na economia.

Um aspecto benéfico para nós é a experiência, pelo fato de sermos o último país importante da América Latina em reformar o sistema. Portanto, podemos aprender com o erro dos outros. O Chile já tem uma experiência de 17 anos de reforma no sistema; a reforma no Chile foi em 81. Outros países da América Latina – Argentina, Peru, Colômbia, Uruguai, México – fizeram a reforma já recentemente.

O montante da dívida do sistema previdenciário brasileiro é muito grande, o que, de certa forma, impossibilita fazermos uma reforma mais radical, como foi feita em outros países. Acredito que a melhor solução seriam reformas graduais, acompanhadas de programas de esclarecimento da população sobre a necessidade e a viabilidade de termos sistemas privados que forneçam benefícios.

Existem riscos no sistema privado, como existem riscos no sistema público de repartição. No sistema público de repartição, o risco está associado à concessão de benefícios; está muito ligado ao próprio comportamento do governo e ao comportamento da atividade econômica. No caso do sistema privado, os riscos estão associados ao próprio gerenciamento dessa nova indústria e aos

riscos do mercado. Se tivermos aplicações mal feitas, se tivermos comportamentos errôneos em termos de investidores, teremos dificuldades para pagamento de benefícios.

No entanto, concordo inteiramente com o que está sendo feito na América Latina, no sentido de que as empresas que vão fornecer benefícios, as empresas que são administradoras de fundos de pensão, se comportariam naturalmente como se fossem um banco qualquer, que seria regulamentado por um poder central. E esse benefício via fundos de pensão seria complementado com um benefício mínimo a todos, de forma que o sistema previdenciário de repartição atendesse a três pontos importantes: primeiro, um sistema de seguros, que garantisse a renda para a aposentadoria; segundo, um sistema que possibilitasse redistribuição de renda (no momento em que fosse garantido o benefício mínimo a todos, a idéia da seguridade social como uma maneira de garantir renda estaria validada); e um terceiro ponto – que seria um segundo pilar, que normalmente se coloca – seria uma fonte importante de acumulação de capital. Países em desenvolvimento, como o Brasil, necessitam enormemente dessa fonte adicional de poupança.

Penso que seria também uma maneira muito inteligente de aliviarmos as contas estaduais, os próprios sistemas públicos estatais. Seria uma maneira de produzir poupança e reduzir a ineficiência que se produziria no mercado de trabalho. Então, é essa a mensagem que eu gostaria de passar para vocês: a necessidade de termos um sistema previdenciário que busque mais, ou quase totalmente, sistemas privados de poupança. Muito obrigado.

Pedro Cavalcanti

Obrigado Flávio. Vou passar a palavra ao professor Samuel Pessoa, da USP - Universidade de São Paulo.

Samuel Pessoa

Obrigado, Pedro. De certa forma, vou fazer uma pequena provocação e depois passar a bola para o colega da mesa, para debatermos. Acho que há certas coisas na nossa vida que são muito naturais, no sentido de que elas estão presentes há muito tempo e nós, muitas vezes, não paramos para pensar nelas de

uma forma mais crítica, de uma forma mais analítica e conceitual. Simplesmente aceitamos essas coisas, porque elas simplesmente fazem parte da nossa vida.

O que vou fazer hoje é tentar olhar o problema da política regional e da desigualdade regional, de um ponto de vista conceitual e analítico. Não vou querer me ater a nenhuma experiência particular, porque acho que às vezes um certo distanciamento nos ajuda a pensarmos situações reais quando nos aproximamos delas.

Vejo que, quando vamos tratar teoricamente do problema da desigualdade regional de renda, há dois enfoques, duas formas de olharmos essa questão. Uma é a que estudamos quando tomamos assento num curso de crescimento econômico; e a outra é a forma pela qual estudamos esse problema quando assistimos a um curso de economia regional e urbana.

Num curso de economia regional e urbana, a preocupação básica é com a distribuição geográfica da atividade produtiva. Então, quando estamos em um curso desse e pensamos no problema da desigualdade regional, o que nos vem à cabeça – ou, pelo menos, o que nos deveria vir à cabeça – é o problema da concentração produtiva por questões tecnológicas e, em particular, da concentração da produção industrial (mas isso também ocorre com serviços).

Do ponto de vista teórico, há uma série de modelos, que não são muito complicados, associando rendimentos crescentes de escala com custos de transporte, que gerem equilíbrios que são assimétricos. É possível gerar equilíbrios assimétricos. É possível gerar equilíbrios simétricos. Em geral, a interligação desses dois tipos de custos – custos de transporte e rendimentos de escala – vai nos informar qual equilíbrio vai ser o equilíbrio estável: se é o equilíbrio assimétrico ou se é o equilíbrio simétrico (que é perfeitamente possível nós gerarmos modelos com centros e periferias).

Acho que o trabalho recente mais elegante nessa direção é o trabalho do Krugman, o livro *Geografia e Comércio*. Mas, para ficarmos nas produções domésticas, tem a tese de doutoramento do professor Afonso Arinos, da EPGE, também um modelo extremamente elegante, que gera um resultado forte de equilíbrio assimétrico entre centro e periferia.

O que é importante é que, em toda essa literatura de regional e urbana, a desigualdade regional está associada à dispersão da produção, à densidade e à forma como a produção é distribuída; e, portanto, ela significa desigualdade absoluta de renda. Quando falo em desigualdade absoluta de renda significa que se terá, em geral, uma região muito pequena produzindo uma fração muito grande do PIB; e uma região muito grande produzindo uma fração muito pequena do PIB. Essa é a forma como o problema da desigualdade regional nos aparece nos cursos de regional e urbana.

Do ponto de vista de bem-estar, o que distingue regiões de uma mesma nação de nações no mundo é a mobilidade do fator trabalho. Então, por enquanto, vou supor mobilidade perfeita do fator trabalho; e, logo mais, vou relaxar essa hipótese e fazer algumas considerações do caso em que há mobilidade imperfeita do fator trabalho.

Mas, com a mobilidade perfeita do fator trabalho – essa é a hipótese padrão nos textos de economia regional –, do ponto de vista de bem-estar, a concentração da produção não representa nenhum problema. Quer dizer, a menos que haja alguma imperfeição de mercado, alguma coisa que faça com que, no centro, haja muitas deseconomias de escala e, portanto, uma perda de bem-estar, do ponto de vista de bem-estar social, a concentração regional da produção não é um problema econômico. Ela pode ser um problema de outra natureza, mas não constitui um problema eminentemente econômico.

Em geral, nesses modelos, tem-se a igualação da remuneração do trabalho exatamente pela mobilidade. Quando há algum tipo de custo de bem-estar associado às deseconomias e às congestões dos bens públicos no centro, aparece o salário mais alto no centro do que na periferia; e esse salário mais alto, exatamente, compensa os desconfortos que as pessoas sentem por morar num centro congestionado. De sorte que, do ponto de vista de função utilidade indireta dos indivíduos, não há nenhuma diferença, não há nenhum problema nesse sentido.

Quando nós olhamos para crescimento econômico, aí as coisas mudam. Nós tomamos assento num curso de crescimento econômico e vemos que há modelos que geram regiões pobres e regiões ricas e a diferença de renda entre as regiões está associada à diferença de renda *per capita*. Então, a primeira coisa

que eu gostaria de reter é que há uma diferença muito grande entre concentração da produção e a desigualdade de renda *per capita* entre as pessoas.

Do ponto vista analítico, com mobilidade perfeita do fator trabalho, quer nós estudemos alguma variante do modelo neoclássico de crescimento em regiões de um mesmo país, quer nós estudemos alguma variante de modelos endógenos, não é possível, com características iguais dos indivíduos, gerar diferencial de renda *per capita* entre regiões, com mobilidade perfeita de trabalho.

Portanto, o que nós podemos dizer é: do ponto de vista regional, pode haver regiões com densidade produtiva diferente; no entanto, se nosso problema é de diferencial de renda *per capita*, e não de diferencial de renda absoluto, quem é pobre são os indivíduos; não são as regiões que são pobres. Quer dizer, diferencial de renda *per capita* não é um problema regional. É um problema individual.

Isso tudo que falei foi supondo perfeita a mobilidade do fator trabalho. Nós sabemos que a mobilidade do fator trabalho não é perfeita; e há dois tipos daquilo que eu costumo chamar de fricções à mobilidade do fator trabalho.

Tem uma fricção dinâmica, que é aquela fricção que faz com que a velocidade de ajustamento não seja infinita; quer dizer, há uma região que paga um salário maior, uma outra região que paga um salário menor; e se a mobilidade fosse perfeita haveria um fluxo infinito de fator trabalho de uma região para outra, até que as remunerações se iguallassem. Essa fricção dinâmica é alguma coisa que sustenta diferenciais de remuneração para fatores de produção com mesmas características, durante um tempo finito. Ela só consegue reduzir a velocidade do ajustamento, mas não impede que o ajustamento se faça.

Além disso, há o que eu chamo de fricção estática, que são as imperfeições, os custos estáticos de mudança. É o custo fixo que se paga ao se mover de uma região a outra. Esses custos nunca são eliminados. Portanto, o que nós devemos esperar? Que os diferenciais de salários entre regiões, quando se controla para as características dos trabalhadores, no máximo, representem o valor presente descontado dos custos estáticos de mudança.

O que se pode dizer com relação à evidência empírica? Se nós tomarmos os trabalhos dos pesquisadores de *labor economics* aqui no Brasil, o que sabemos é que, quando nós controlamos pelas características dos trabalhadores (idade, gênero, cor e educação), os diferenciais de remuneração que observamos nas regiões metropolitanas do Brasil estão da ordem de, no máximo, 40%. Então, eu diria: 40% deve ser o valor presente, descontado dos custos estáticos de se mover de uma região para outra. Portanto, a ordem de grandeza dos diferenciais de renda que a imperfeição à mobilidade do fator trabalho sustenta é da ordem de 40%; ou, no máximo, nós podemos dobrar esse número e ter alguma coisa em torno de 80% ou 90%.

Porém, se lembrarmos que os diferenciais de renda estaduais que nós observamos no Brasil são muito mais elevados do que esse, nós vemos que o problema regional está muito mais associado ao problema da pobreza das pessoas do que ao problema das economias e deseconomias de aglomeração e aos problemas da concentração da produção. Regiões pobres são pobres porque elas têm muitos habitantes pobres. Quando nós controlamos por característica dos habitantes, os diferenciais de remuneração que existem entre as regiões pobres e as regiões ricas caem significativamente.

Eu acho que, durante muito tempo, no Brasil, as políticas de desenvolvimento regional que nós adotamos são políticas que queriam resolver o problema de diferencial de renda *per capita* entre as regiões – porque esse é o grande problema que nós temos – mas, na verdade, toda essa política de subsídio e acumulação de capital físico é mais adequada quando se quer fazer um *big push* numa região; e, portanto, você quer resolver o problema da concentração produtiva.

Como eu acho que o problema do diferencial de renda *per capita* e da pobreza é muito mais grave do que o problema da concentração produtiva, parece-me que as políticas têm que ser invertidas. Em particular, porque não é claro que política de desconcentração da produção ataque o problema distributivo. E também me parece que o maior problema da economia brasileira, hoje, é a péssima desigualdade da renda que existe em nosso País. Nós somos os campeões mundiais de desigualdade. É perfeitamente possível imaginar políticas que tentam desconcentrar produção, concentrando a desigualdade interpessoal de rendas. Basta tirar dinheiro dos pobres que moram na região rica e transferir

dinheiro para os ricos que moram na região pobre. E me parece que muito do que foi feito de política regional tinha essa característica de ser, do ponto de vista interpessoal, extremamente regressiva.

Portanto, eu acho que, do ponto de vista da questão regional, o nosso enfoque tem que ser mais o problema da pobreza das pessoas e menos o problema da concentração produtiva. Muito obrigado.

Pedro Cavalcanti

Obrigado Samuel. Agora, vou passar a palavra para o Guerino.

Guerino Edécio

Eu agradeço e me sinto honrado em participar dessa mesa, cujo tema é um assunto com o qual estou envolvido desde os quinze anos, no mínimo, quando entrei aqui no Banco do Nordeste. É difícil conter a emoção de estar tratando tecnicamente desse tema num fórum tão importante como este, que deve repercutir em termos de reflexões sobre as políticas que esta Região tem experimentado e seus resultados.

Muito mais interessante, ainda, pelos debatedores que me antecederam, principalmente o Samuel, que dá uma guinada violenta na maneira de se pensar o problema das desigualdades regionais, transferindo-o da disparidade regional de renda – justamente aquela que Celso Furtado dizia constituir o maior problema nacional, de então, a ser resolvido – para os diferenciais de renda entre pessoas. É interessante.

Mas, vou fazer uma apresentação sucinta do que foi a presença do Estado na economia do Nordeste, neste século, dividindo-a em duas partes. Primeiro, abordar como mudou a atuação do governo federal na Região, tentar brevemente explicar por que mudou, verificar quais foram os diagnósticos feitos, as políticas implementadas e resultados potenciais e efetivos encontrados, tanto do ponto de vista do crescimento econômico quanto dos indicadores sociais.

Depois, nós vamos verificar, diante da mudança do padrão de crescimento nacional, o que é que nós esperaríamos fosse a mudança desta intervenção estatal na questão das desigualdades de renda *per capita* entre as regiões; e aí, então, sugerir algumas idéias que possam subsidiar novas formas de intervenções no presente e no futuro, diante do que foi colocado aqui como preâmbulo.

A intervenção do Estado até a década de 50, totalmente caracterizada pelo relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – o GTDN, de Celso Furtado, ***Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste***, foi uma política que consistia na solução hidráulica; mas, antes de tudo, na tentativa de salvar o flagelado da seca. Portanto, a ação do poder central, na primeira metade deste século, pode ser caracterizada em grandes linhas como uma atitude puramente assistencialista, paternalista, em que se via o Nordeste como região que devia receber recursos da região rica para tentar resolver suas mazelas.

Nos anos bons, em que não havia seca e que havia, portanto, produção, os capitais tendiam a migrar – outra constatação do relatório do GTDN – em busca de retornos mais atrativos; e esses retornos estavam atrelados a atividades que não estavam no Nordeste. Aí já começamos a ter alguma dica de que o problema das desigualdades pessoais de renda está muito ligado com o problema da distribuição das atividades econômicas dentro de um espaço nacional, dos subespaços nacionais, a partir do momento em que Celso Furtado constata que, nos anos bons, havia uma migração de recursos, de capital, capital físico, para regiões onde havia um maior número de atividades que forneciam maiores possibilidades de retorno do que aqui.

Isso não era novidade. Toda a gênese do pensamento da economia regional, a partir dos membros da escola histórica alemã – Von Tuner e depois outros como Perroux, Myrdal, Hirschmann, Jean Paelinck e outros mais –, todos verificaram que havia um efeito de causação circular. A região mais rica produz mais poupança, que, por sua vez, produz mais investimentos, que, por sua vez, vai gerar mais renda, e assim um efeito que se chamou círculo virtuoso da riqueza; o contrário acontece para a região mais pobre. Então, para começarmos a refletir já em cima do debate, esta se torna uma questão um pouco mais complicada, uma vez que essa relação – renda *per capita* e distribuição das atividades econômicas dentro do espaço nacional – é quase imediata.

Mas, continuando, o diagnóstico do GTDN verificou o seguinte: o Estado deveria promover uma ação que levasse mais à equidade, em detrimento momentâneo da eficiência. Ou seja, dever-se-ia promover um crescimento menor do País, em busca de um maior nível de equidade, para que depois, num segundo momento, se pudesse fazer com que o País crescesse mais. E, em função da grande disparidade de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul do País, constatada pelo GTDN, tinha-se a possibilidade, inclusive, de um processo de dissensão social, que não vale a pena discutir aqui, porque isso tem diversos matizes políticos, inclusive agudizados pela crise cubana.

A tentativa de colocar o Nordeste com uma nova dinâmica foi primeiramente pensada em cima do setor agrícola, mas as condições edafoclimáticas não permitiam ao setor agropecuário – caracterizado pelas grandes plantações de cana-de-açúcar, cacau, algodão, fumo etc – comandar o processo de crescimento.

Então, a solução foi a industrialização, já que o setor agropecuário não tinha condições de exponenciar e liderar um processo de crescimento maior do que o que se tinha até então; nem o setor terciário, através das transferências governamentais.

A industrialização tinha três objetivos básicos. O primeiro era absorver toda a mão-de-obra desempregada ou sublocada nos grandes centros urbanos do Nordeste. O segundo objetivo era reter aqueles capitais que tendiam a migrar nos anos bons para as regiões mais ricas, no caso o Centro-Sul do País, particularmente São Paulo. A terceira – coincidentemente, há aí uma congruência com o que nós pensamos hoje a partir da nova teoria do crescimento econômico – era criar uma classe dirigente de empresários realmente imbuída do sentimento do desenvolvimento, ligada com arranjos que hoje nós buscamos, de que as pessoas promovam, do ponto de vista do mercado, do ponto de vista da eficiência, do ponto de vista da competitividade, um processo de crescimento endógeno.

Essa tentativa de industrialização foi exitosa. Poderíamos descer aqui em detalhes, tenho algumas tabelas, mas acho que não dá tempo mostrar. No entanto, podemos assegurar que a maioria dos institutos de pesquisas do País reflete um ganho de renda *per capita* do Nordeste em relação ao Brasil, verificado no período entre o final dos anos 60 até meados desta década.

Mais ainda, o trabalho de Gustavo Maia Gomes e o de outras pessoas que lidam com os problemas das disparidades regionais no País têm demonstrado (e são congruentes no sentido de mostrar) que, de 65 a 85, a economia do Nordeste cresceu muito mais que a economia nacional; e seu crescimento também foi maior comparativamente a qualquer outra economia classificada pela ONU, seja essa economia maior ou menor do que a do Nordeste, em termos de renda *per capita*.

Saliento esse ponto porque seria esperado que um país com menor renda *per capita* crescesse mais do que o Nordeste e uma região com maior renda *per capita* crescesse menos. Isso pelo modelo que predominava na época, desde 56, modelo de Solow, melhorado, entre outros, por Cass e Koopmans, já na década de 60, e que permaneceu na prateleira do pensamento econômico do mundo neoclássico até 86, quando com o modelo de Romer alguns pressupostos da teoria neoclássica do crescimento foram quebrados e aí nós pudemos reintroduzir,

analiticamente falando, algumas variáveis que até então eram consideradas espúrias, uma vez que era entendido que o próprio mercado deveria levar a um processo de convergência que o governo só poderia, no máximo, atrapalhar. Em função de tal conclusão é que já havia uma contraposição da linha de pensamento econômico dos estruturalistas e dos cepalinos, em particular.

Esse período que citei, de 65 a 85, foi um período de forte intervenção do governo e pós-mudança de concepção, quando se passou de fato a não ver mais o Nordeste como uma região problema, mas como uma região que tem potencialidades a serem desenvolvidas através de um apoio do Estado bastante efetivo, particularmente via instrumentos clássicos, tradicionais: incentivos fiscais, crédito oficial subsidiado, investimentos das estatais e investimento em infra-estrutura. Eu diria que esses quatro instrumentos caracterizariam a atitude do governo a partir de meados da década de 50. Nesse período, tivemos a criação do Banco do Nordeste, no início da década, e no final a criação da SUDENE, como dois pontos importantes; e gerou-se, de fato, crescimento que foi maior, comparativamente com o Brasil, e, ainda melhor, comparativamente com qualquer outra economia, como mencionado acima.

O que nos chama mais para o momento atual é que, se admitirmos (aí falando em cima da provocação do Samuel) que o verdadeiro problema nacional, atualmente, diferentemente daquilo concebido por Celso Furtado, diz respeito aos diferenciais de renda entre pessoas, deve-se imaginar políticas que aumentem a renda das pessoas. Para se aumentar, dentro do arcabouço teórico da nova teoria do crescimento, a renda das pessoas, é preciso aumentar a competitividade, a eficiência econômica dessas pessoas. Ou seja, precisamos aumentar a produtividade delas, a produtividade marginal física do seu trabalho.

Para fazer isso, teríamos que incrementar o estoque de conhecimento, o estoque de capital humano dessas pessoas. Uma forma clássica de se fazer isso é dando educação, é dando escolaridade para essas pessoas. Com isso, poderíamos ter duas possibilidades. Imaginem a situação atual. O Nordeste (já conversei isso com outras pessoas; estou até roubando essa ilustração) tem hoje uma mão-de-obra cara, dada a qualidade que ela tem. A partir do momento em que se aumenta a qualidade e a produtividade da mão-de-obra do Nordeste, haveria um barateamento para o setor privado dessa mão-de-obra e isso passaria a ser um fator de atrativo locacional clássico, como tantos outros.

Concordo plenamente com esse raciocínio. Concordo também que os diferenciais interpessoais de renda são muito mais graves do que os diferenciais de renda entre regiões, mas quando se vai pensar numa estratégia para resolver esse problema, seria essa que levaria a incremento da produtividade marginal do trabalho. Contudo, quais as possibilidades de que essa atratividade, de fato, venha a ser transformada em investimentos efetivos do setor privado? Temos a certeza de que o governo não tem mais condições de comandar todo o processo de crescimento econômico daqui para diante, principalmente por conta da mudança do padrão de crescimento nacional, em que a abertura é uma característica fundamental, e pela fragilidade financeira do Estado. É o setor privado quem comandará o crescimento econômico.

Então, respondendo, eu acho que seria muito mais provável que, antes de atrair empreendimentos para o Nordeste pelo seu barateamento e seu aumento de produtividade, é muito mais fácil para um nordestino mais capacitado, qualificado, pegar um ônibus ou um avião e ir para São Paulo ou para fora do País, em busca de outras atividades. Dado que a congestão dos serviços públicos nessas regiões mais desenvolvidas é uma coisa que está todo o dia no noticiário nacional, isso passa a ser, de fato, um problema nacional muito maior do que as desigualdades de renda. Eu diria que seria inverter o problema.

E, novamente, partindo da constatação feita, a estratégia seria redistribuir as atividades econômicas para que, uma vez incrementada a produtividade marginal do trabalho no Nordeste, tivéssemos como aproveitá-la concomitantemente na Região. Caso contrário, ou não se aproveitaria ou esta tenderia a migrar para as regiões mais ricas; assim, os estados pobres estariam qualificando uma mão-de-obra que não seria absorvida nesses estados.

Em resumo – e utilizando os achados recentes da nova teoria do crescimento econômico –, investir só em capital físico, como se fez a partir do GTDN (que foi uma intervenção calcada nos pensamentos da CEPAL), ou, ao contrário, partir para uma intervenção maciça de investimentos só em capital humano, como alguns pensam entender a nova teoria do crescimento econômico, na minha opinião constitui o mesmo tipo de erro. Nós teremos crescimento? Teremos crescimento, sim, como tivemos quando passamos a investir maciçamente em capital físico no Nordeste. Mas esse crescimento, certamente,

vai estar aquém do que poderia ser atingido caso houvesse uma melhor combinação entre esses dois tipos de investimentos: capital físico e capital humano.

E digo mais: nós temos que pensar o capital humano de uma forma muito mais ampla do que a escolaridade; temos que pensar na qualificação do trabalhador, inclusive adaptando-a para as especificidades produtivas de cada estado. Por exemplo, o Ceará tem uma vocação turística; o Maranhão, vamos supor, teria maiores probabilidades de explorar os seus minérios. Será que o tipo de trabalhador que eu quero no Maranhão e o que eu quero no Ceará têm que ter o mesmo tipo de habilidades?

Então, esse incremento do estoque de capital que eu desejo para o trabalhador do Nordeste, para que ele aumente a produtividade, e que isso seja efetivo no mercado, tem que ser, *a priori*, diferenciado, em função daquelas outras características locacionais presentes em cada unidade federada que constitui o Nordeste.

E aí eu puxaria um pouco a sardinha para o nosso lado, mostrando que o Banco do Nordeste tem se antecipado nesse aspecto, através de alguns programas que já partem do pressuposto e da evidência de que o estoque de conhecimento dos trabalhadores, dos agentes produtivos, principalmente no campo, está muito aquém daquele que nós desejaríamos.

E como Teodore Schultz colocava, que para se desenvolver uma região pobre, antes de tudo, é preciso colocar nela projetos rentáveis, mas que sejam assimiláveis pelos agentes produtivos para os quais você vai disponibilizá-los, nós temos hoje programas que estão começando e são desafios a serem desenvolvidos, mas que perseguem justamente esse objetivo: fazer com que as pessoas assumam postura mais proativa e que tenham maior nível de produtividade, mesmo com pouca escolaridade (pois não se pode esperar doze anos para que o indivíduo tenha o segundo grau completo, para que, só então, se possa atuar enquanto Estado). É preciso amadurecer isso de alguma forma. Não se pode pegar os produtores que estão aí e dizer a eles: "não, não dá para você; só para a próxima geração". Alguma coisa nós temos que fazer.

A reflexão que eu levo, como resultado do trabalho que venho fazendo, é: temos que imaginar formas alternativas de combinar capital humano e capital

físico; e essas formas de capital humano não podem esperar doze anos para que a pessoa tenha o segundo grau completo. Eu acredito que as formas de intervenção do desenvolvimento local, principalmente no que se refere a *clusters* e outras do gênero, como os pólos de desenvolvimento integrado que nós estamos tentando desenvolver, sejam alguma coisa nesse caminho. Muito obrigado.

Pedro Cavalcanti

Obrigado Guerino. Uma das razões por que eu estava tão rígido no tempo é que eu queria ter um pouquinho de espaço para o debate, abrir para perguntas. Mas antes, dadas as provocações de lado a lado, eu gostaria de dar um minuto para cada um dos membros da mesa responderem rapidamente. Vou começar com o Samuel, depois o Guerino e o Flávio. Em seguida, vou abrir para perguntas.

Samuel Pessoa

Só algumas rápidas observações. O primeiro ponto é que, naqueles modelos de causação circular, nos modelos modernos de regional e urbana – penso nos trabalhos do Krugman, esses modelos que associam rendimentos de escala com custos de transporte –, a circularidade está contemplada. E, com mobilidade do trabalho, não há causação circular que explique diferencial de renda *per capita* entre as regiões. Não conheço, nunca vi esse resultado. Claro que os diferenciais que se observam são aqueles redundantes da imperfeição da mobilidade do trabalho.

O outro ponto é que, essencialmente, uma função de produção típica vai ter capital humano, capital físico, infra-estrutura governamental e trabalho desqualificado; e provavelmente as imperfeições de mercado são maiores na infra-estrutura, que é um bem público típico, e no capital humano. As imperfeições de mercado são menores no capital físico. Então eu acho que a política tem que ser mais concentrada naqueles fatores de produção em que há mais imperfeição de mercado à sua acumulação.

Com relação à mobilidade de trabalho e ao risco de uma região, ao se elevar a qualidade de sua mão-de-obra, se despovoar totalmente devido à busca de melhores oportunidades, Celso Furtado tem esse medo; no GTDN ele expressa essa preocupação claramente. Eu acho que a imperfeição à mobilidade do trabalho é maior do que a imperfeição à mobilidade do capital. Então, eu acho que não há esse risco. Os dados de diferença de remuneração, de rentabilidade dos capitais entre as regiões são menores do que os diferenciais de rentabilidade do trabalho entre as regiões. Se nós observamos, entre as regiões metropolitanas, os diferenciais de rentabilidade do trabalho da ordem de 40%, eu acho que esses diferenciais, para o capital, são muito menores. Obrigado.

Pedro Cavalcanti

Guerino.

Guerino Edécio

Quando partimos para um modelo típico, de uma função de produção típica, sem quebrar aqueles pressupostos do modelo de Solow, a coisa fica bem estabelecida; e aí não encontramos muito espaço, a não ser atuar naqueles setores onde o mercado não consiga dar uma resposta, porque já sabemos da existência da externalidade, e a externalidade gera retorno crescente de escala, e retorno crescente de escala é uma grande confusão para os economistas, pelo menos até 86, quando Romer fez seu *paper*.

Mas, sem dúvida, eu quero enfatizar aqui que eu concordo plenamente que não haverá solução para o Nordeste sem que se tenham investimentos maciços em capital humano, nas diversas formas em que se possa ter esse investimento; o que implica não somente na escolaridade formal, mas também na ciência e tecnologia, no treinamento do produtor que está lá no campo e até em outras formas de aprendizado. Quando se coloca infra-estrutura e o indivíduo tem que aprender a usar o metrô, por exemplo, isso implica um ensinamento que lubrifica o sistema econômico e que, sem dúvida, vai levar a mais crescimento. Mas eu concordo plenamente: educação é fundamental. E aí nós podemos conversar tranquilamente sem nenhuma divergência.

Mas quando você vai imaginar, volto a dizer, uma estratégia de intervenção, essa estratégia de intervenção, para incrementar a capacidade dos indivíduos de terem uma renda maior, não pode estar muito dissociada de uma política de desenvolvimento regional que implique na atração de investimentos privados, na minha opinião.

Pedro Cavalcanti

Flávio.

Flávio Ataliba

Há um pensamento interessante, que é o seguinte: os economistas normalmente discordam para não ter o perigo de todos estarem errados ao mesmo tempo. Então, pelo menos alguém vai estar certo. E eu fico, de certa forma, entusiasmado com uma discussão desse tipo, porque acho que o objetivo, numa mesa dessa, é ter uma mensagem concreta de política de desenvolvimento regional. Então, acho que essa é a questão. E acho que todos nós que estamos

aqui estamos querendo sair com uma idéia. Quer dizer, as políticas adotadas até então para o desenvolvimento regional são satisfatórias? Necessita-se mudar o rumo? Qual é o rumo?

Então, ficamos muito ansiosos em tentar entender os problemas de desequilíbrios regionais. Acho que existe um consenso da importância da educação, existe um consenso da necessidade de investimento em capital físico, infra-estrutura, e, como o Pedro falou, da questão da terra. Assim, nos resta pensar: esses três caminhos são os caminhos que devem ser seguidos com pesos iguais, ou teremos que dar pesos diferentes para cada estratégia? Acho que seria interessante, antes de facultarmos a palavra ao auditório, pensarmos qual é a mensagem que nós queremos passar para vocês e, daí, iniciarmos a discussão.

Pedro Cavalcanti

Flávio me passou aqui uma tarefa impossível: fazer uma síntese. Mas eu acho que, ao contrário do pensamento dominante de economia regional, a idéia nessa mesa, mesmo com pequenas discordâncias, é que as diferenças estão muito mais entre as diferenças de atributos das pessoas, do que em um problema histórico. A diferença do Nordeste – é aquilo que eu falei, que nós falamos aqui – é que tem mais pobres. Então, temos que entender: por que tem mais pobres? Porque eles são menos educados, porque eles têm menos acesso a capital, porque eles têm menos acesso a terra? Vamos ficar anos discutindo algum problema ou outro, mas é, principalmente, problema de concentração. Então eu acho que políticas de atrair indústrias ainda podem gerar resultados, mas vamos continuar com alguns problemas estruturais.

Nós temos 50 anos de substituição de importações no Brasil, que foi uma política que relegou o investimento em capital humano para um canto esquecido da política macroeconômica no País, e o resultado foi uma enorme concentração de renda, com níveis de pobreza ainda altíssimos para países com o nível de renda *per capita* do Brasil. Nesse sentido, a política de substituição de importações foi um fiasco; o Brasil continua com muita pobreza e com muita desigualdade.

Da mesma maneira, políticas de desenvolvimento regional foram bem sucedidas em algumas dimensões. Temos, por exemplo, o pólo de Camaçari.

Obviamente, o Nordeste hoje é muito mais rico do que era alguns anos atrás, mas temos ainda níveis de pobreza absoluta no Nordeste muito mais altos do que os níveis de pobreza que nós temos na região Sudeste, embora haja muita pobreza também no Sudeste.

Há muita pobreza rural no Nordeste e eu não acredito que políticas industriais, como vêm sendo propostas, vão resolver esse problema. Acho que ele vai continuar, talvez até se agrave, como o Flávio estava falando, mas certamente o problema vai continuar.

Eu concordo um pouco com a preocupação do Guerino, de que hipereducar todo mundo no Nordeste pode gerar um problema de mobilidade, de todo o mundo ir para o Sudeste – que eu acho pouco provável. Mas acho que é preciso pensar uma nova política que ataque muito mais problemas individuais que problemas regionais abstratos. Então, uma política de educação e de treinamento, talvez.

Uma política de infra-estrutura é essencial – os dados que mostramos, de que a situação no Brasil é uma situação de país de crescimento lento, no Nordeste o número é pior ainda; o número de telefones por habitante, no Nordeste, é pior, e outros indicadores caminham também nessa mesma dimensão – , mas a mensagem principal é que há espaço para algum tipo de política mais agregada; mas será uma política de educação, de microcrédito, que é exatamente tirar o indivíduo da pobreza porque ele não tem acesso a crédito; e políticas também de infra-estrutura. Então, vou abrir o debate. Teremos cinco minutos.

Do auditório

Com base na teoria do crescimento endógeno, dá para você explicar o fraco desempenho da economia japonesa, a partir de meados da década de 90, ou será que temos que recorrer um pouco à escola monetarista, a la Milton Friedman, ou então à lição que devemos estar aprendendo aqui com o professor Krugman? A segunda pergunta é uma preocupação também. Dado que tomamos por base sempre os Estados Unidos ou o Japão como referencial em termos de crescimento e de bem-estar social, como é que se explica todo o crescimento econômico que está havendo nos Estados Unidos e o aumento da desigualdade que há, em termos de renda e pobreza?

Pedro Cavalcanti

Se eu conseguisse explicar a desigualdade de renda nos Estados Unidos em um minuto, eu me consideraria um homem feliz, porque isso é uma das maiores discussões; acho que o Krugman gastou parte dos últimos anos tentando explicar isso. Há um debate muito grande em torno disso. É que você está vendo exatamente mão-de-obra desqualificada perdendo terreno em relação à mão-de-obra qualificada.

Não tenho uma boa explicação. Acho que é um pouco do lado da demanda: está havendo um crescimento da demanda por mão-de-obra qualificada e uma diminuição da demanda por mão-de-obra não qualificada. Não acho que isso seja um problema de globalização, nem acho que isso será um problema que nos afetará.

Sobre o Japão, acho que é um problema financeiro. O Japão teve um problema especulativo, talvez até clássico, keynesiano, de armadilha de liquidez. A taxa de juro está baixíssima, e há um problema de estabilidade financeira também. Acho que a teoria de crescimento endógeno não explica. Tentamos explicar relações de longo prazo: por que os Estados Unidos cresceram no último século? Isto tem um debate grande. Mas no curto prazo, o que está havendo é uma crise financeira e uma certa inabilidade do governo de lidar com a crise.

Do auditório

Não seria mais o lado monetário? Quer dizer que ninguém aprendeu a lição da grande depressão na década de 30, com Milton Friedman?

Pedro Cavalcanti

Talvez. É uma boa colocação.

Guerino Edécio

Aproveitando, gostaria de fazer breve comentário em cima da desigualdade espacial de renda nos Estados Unidos e no Japão. Nós pensamos

que política de desenvolvimento regional é uma excentricidade, uma coisa exótica, uma coisa estranha e tipicamente tupiniquim, brasileira ou do terceiro mundo. Não é. É coisa da Comunidade Econômica Européia, da França, da Alemanha, é coisa do Japão, é coisa dos Estados Unidos, declarada ou não declarada.

Para se ter uma idéia, rapidamente, eu citaria o caso do Japão: há três tipos de intervenção do Estado para distribuir as atividades pelo País, que se concentram em Tóquio, Nagóia e Osaka. Há as tecnópolis, o cérebro das indústrias, a teletopia. Só as tecnópolis são 26, cada tecnópole são 100 bilhões de dólares, ou seja, 2.600 bilhões de dólares num único tipo de intervenção para desconcentrar a atividade econômica. Portanto, políticas de desconcentração espacial das atividades econômicas não constituem uma excentricidade brasileira.

Do auditório

Eu gostaria de perguntar à mesa: qual seria o interesse do governo federal em somente investir agora, nos últimos anos, no Nordeste? É um interesse econômico ou um interesse político, já que nesse século XX não foi feito nenhum tipo de investimento maciço como está ocorrendo nesses últimos anos?

Guerino Edécio

Essa questão é interessantíssima. Gustavo Maia Gomes trata disso de uma forma que eu acho que é muito interessante. Grupo político forte geralmente representa grupos econômicos fortes. Pedidos de grupos econômicos fracos refletem pedidos de grupos políticos fracos, que geram um monte de declarações favoráveis e poucas ações efetivas. Só tem uma maneira de você entrar na pauta das prioridades das políticas do grupo político forte e, por consequência, do grupo econômico forte. É você mostrar que as suas demandas são interessantes para eles também e, no caso que nós estamos conversando, o incremento de sua renda. Então, até nisso nós temos que ser criativos. Na hora que você apresentar propostas, na hora que nós tivermos propostas, essas propostas não podem estar dissociadas do que está acontecendo no País como um todo.

Do auditório

Tenho a impressão que foi riquíssima a manhã de hoje para todos nós. Todas essas palestras que foram realizadas pelos nossos professores norte-americanos e os debates dos senhores nos demonstraram a complexidade do processo de desenvolvimento. É seríssimo não só em termos teóricos como, sobretudo, em termos de aplicabilidade; não só em termos científicos, como em termos empíricos; então, eu acho que realmente são válidas essas colocações e é impossível você querer transferir, por exemplo, como falou o professor de Massachusetts, o exemplo italiano. Realmente, o exemplo italiano não serve totalmente para nós. O Sul da Itália é paupérrimo; o Norte é rico. Está aí o próprio caso dos Estados Unidos. Porque cada povo tem que ter sua índole e sua maneira de ser. Eu gostei muito das colocações com relação à diferença de desenvolvimento inter-regional e a diferença intra-regional. De maneira que eu estou satisfeitíssimo, meus parabéns para os senhores, e creio que a tese de Gunnar Myrdal, do ciclo vicioso da pobreza e do ciclo virtuoso da opulência, é válida ainda, queiramos ou não. Muito obrigado.

Richard Locke

Apreciei muito os argumentos não tradicionais sobre a importância da pobreza; e como a pobreza está baseada nas pessoas e não necessariamente na noção abstrata de região (penso que isso é realmente inovador). Eu gostaria de pensar sobre isso, porque gostei muito dessa questão. Como pensamos sobre isso? Nós não queremos ser escravos de modelos, sejam individualísticos modelos neo-clássicos ou sejam modelos de aglomeração porque eles nunca nos ajudam.

Quando se fala sobre o que a política original realmente fez, meus estudos a respeito mostram que eles fizeram reforma agrária. Eles lidaram com a terra, fizeram infra-estrutura e lidaram com educação. Só muito depois eles deram esses incentivos a firmas e freqüentemente, em muitos desses programas, o dinheiro nunca foi para eles. Desse modo, penso que é importante desagregar o mito de política regional da realidade.

Eu penso que os estudos dos Estados Unidos podem ser muito interessantes para todos vocês. Outros estudos mostram o que Williams Julia Wilson fez na pobreza de cidades interioranas dos Estados Unidos, de negros. A questão não foi: características individuais ou políticas mais amplas. A questão

foi construir uma rede de pontes para levar essas pessoas, mesmo depois que foram educadas, e dar a elas oportunidade. É uma questão de acesso à oportunidade e eu penso: é aí onde pedaços da velha política regional devem estar aptos a ser combinados com sua proposta para a nova política que é capital humano.

Pedro Cavalcanti

Vou fazer um comentário. É um ponto interessante, porque é uma das razões que se tentou falar aqui, da falta de ativos. Você talvez possa ficar numa região onde você não tem oportunidade, como se falou aqui, e talvez você possa aumentar um pouco o nível educacional, e a oportunidade não acompanhar, porque talvez você esteja numa armadilha de pobreza ou em algum tipo de deseconomia. Eu acho que talvez caiba ao nosso *policy maker*, ao Banco, ser criativo. De que maneira você vai dar acesso (que se chama de oportunidade, que na verdade é alguma forma de crédito ou de informação ou de *networking*)? Talvez você tenha um problema de capital humano, também um problema de informação. Então, você cria talvez uma cooperativa, mas esse cara não sabe como comercializar o produto dele.

Eu acho que parte da criatividade do *policy maker* é quebrar essas deseconomias ou essas armadilhas de pobreza; e há algum espaço para isso. Concordo também com o Guerino, que são necessários dez a doze anos para se educar uma pessoa e não se pode ficar esperando todo esse tempo. Mas eu acho que, no longo prazo, a visão que fica é que se não houver uma ação decidida do Estado na área educacional, os problemas vão se resolver muito mais lentamente ou talvez nunca se resolvam. Está encerrada a sessão.